



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

VI GOVERNO CONSTITUCIONAL

DÍLI, 23 DE AGOSTO DE 2016

COMUNICADO DE IMPRENSA

Reunião do Conselho de Ministros de 23 de agosto de 2016

O Conselho de Ministros reuniu-se esta terça-feira, no Palácio do Governo, em Díli, e analisou três estudos apresentados pelo Secretariado Técnico do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, dois dos quais já concluídos.

Um deles – **avaliação de resultados dos programas de 2011-2014** – verifica a produtividade dos primeiros quatro anos do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH). Realizado em 2015, o estudo incidiu sobre as ações de formação concluídas até ao final de 2014, nomeadamente cursos de formação profissional, de formação técnica para funcionários públicos, bolsas de estudo e outras ações de formação desenvolvidas nas diversas instituições do Estado, incluindo os setores da defesa, segurança e justiça, e também ao público em geral.

O outro estudo – **análise e mapeamento dos recursos humanos do setor público de Timor-Leste** – realizado também em 2015, teve como objetivo apoiar o FDCH a identificar as prioridades de investimento e reforçar as competências nas áreas de maior necessidade, com vista a um crescimento estável das instituições do Estado.

Um terceiro estudo, de **levantamento de dados dos recursos humanos existentes em Timor-Leste por agregado familiar**, deverá decorrer de setembro de 2016 a janeiro de 2017. O relatório final deverá estar concluído em fevereiro de 2017.

O Conselho de Ministros aprovou os **guiões de bolsas de estudo e de formação**, também apresentados pelo Secretariado Técnico do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, para harmonizar os critérios de atribuição de bolsas de estudo e formação em todas as instituições registadas no FDCH.

O Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos da Administração do Estado e da Justiça fez um ponto de situação sobre a evolução do **programa e execução do Guia de Reforma da**



Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Díli, Timor-Leste

pcm.gov.tl@mail.com
(+670) 33 310 608

Administração Pública, nos primeiros três meses, durante os quais foram identificadas as metas prioritárias do primeiro semestre, em cada um dos pilares da Administração Pública, nomeadamente, o Instituto Nacional da Administração Pública (INAP), a Inspeção Geral do Estado (IGE), a Secretaria de Estado do Fortalecimento Institucional e a Comissão da Função Pública.

O Ministro do Comércio, Indústria e Ambiente deu a conhecer ao Conselho de Ministros o projeto de Contribuições Nacionais (em Inglês: “**Intended Nationally Determined Contributions – INDC**”), na sequência das decisões da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada em Paris, em 2015. O documento deverá ser entregue à Organização das Nações Unidas.

O Conselho de Ministros revogou, por proposta do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o Decreto-Lei n.º 40/2012, de 5 de setembro, sobre o **Programa de Eletrificação Nacional**. Este diploma consistia num procedimento especial para adjudicação de trabalhos de reabilitação e novas instalações de linhas de distribuição de energia elétrica. Nos últimos quatro anos o programa contribuiu para melhorar as infraestruturas de transportes de eletricidade no país, tendo cumprido a sua missão.

Foram aprovadas as Propostas de Resolução apresentadas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, de ratificação do **Acordo relativo ao Estatuto das Forças Visitantes, entre os Governos da Nova Zelândia e da República Democrática de Timor-Leste**, e de aprovação do **Tratado de Cooperação Comercial entre os Governos da República Democrática de Timor-Leste e do Estado do Kuwait**. O primeiro diploma teve a colaboração do Ministro da Defesa e o segundo do Ministro do Comércio, Indústria e Ambiente.

O Gabinete do Primeiro-Ministro viu duas propostas suas aprovadas nesta reunião: a **Proposta de Lei que estabelece o regime jurídico das associações públicas profissionais**, que regula a criação, organização e funcionamento daquelas associações; e a proposta de **nomeação para a Ordem de Timor-Leste**, a de maior prestígio e dignidade da Nação, que será agora apresentada para consideração do Presidente da República.

Foi ainda aprovada a **realização de atividades de divulgação sobre o recenseamento eleitoral e de levantamento das condições existentes para a sua realização no território nacional e no estrangeiro**. Este diploma, apresentado pelo **Ministro da Administração Estatal**, tem como objetivos assegurar a divulgação do novo quadro jurídico e aumentar a participação democrática dos cidadãos timorenses residentes no estrangeiro. **FIM**

